

TEORIA CRÍTICA DA COLONIALIDADE: RUMOS DE UMA TEORIA CRÍTICA PLURAL, DESCOLONIZADA, COSMOPOLITA E FRONTEIRIÇA

Critical theory of coloniality: directions of a plural, decolonized, cosmopolitan, and frontier critical theory

Paulo Henrique Martins¹

Resumo

A tese central da Teoria Crítica da Colonialidade (TCC) é de que o pluralismo epistemológico da crítica a nível mundial não é algo recente, embora venha se acelerando nos últimos tempos acompanhando as transformações do capitalismo e das inovações tecnológicas. Logo, este entendimento da crítica como um programa normativo de reflexão limitado à esfera cosmológica das grandes nações europeias tem um caráter claramente eurocêntrico, não permitindo se entender a relação do capitalismo com a colonialidade, ou do iluminismo como programa que ajudou a ocultar a presença do outro na aventura colonial. A TCC é um programa de reflexão sistêmico, aberto, pluriversal, e voltado para repensar a dominação nas fronteiras do capitalismo colonial de modo a liberar sentimentos, valores e práticas cosmopolitas e anti-coloniais. Este entendimento mais amplo é necessário para se fazer a crítica geral do neoliberalismo como um padrão de poder global.

Palavras-chave: Teoria crítica da colonialidade; Capitalismo colonial; Cosmopolitismo; Pluriversalismo; Neoliberalismo.

Abstract

The central thesis of Critical Theory of Coloniality (CTC) is that the epistemological pluralism of critique at the global level is not something recent, although it has been accelerating in recent times following the transformations of capitalism and technological innovations. Thus, this understanding of critique as a normative programme of reflection limited to the cosmological sphere of the great European nations has a clearly Eurocentric character, not allowing for an understanding of the relation of capitalism with coloniality, or of enlightenment as a programme that helped to hide the presence of the other in the colonial adventure. The CTC is a systemic, open, pluriversal programme of reflection, aimed at rethinking domination at the borders of colonial capitalism, in a cooperation between Northern and Southern theories, in order to liberate cosmopolitan and anti-colonial sentiments, values and practices. This broader understanding is necessary in order to make the general critique of neoliberalism as a pattern of global power.

Keywords: Critical coloniality theory; Colonial capitalism; Cosmopolitanism; Pluriversalism; Neoliberalism.

¹ Paulo Henrique Martins é professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ex-Presidente da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) (2011-2013). E-mail: paulohenriquemar@gmail.com. Cidade: Recife.

Introdução

O desencanto com a modernidade ocidental e a busca por modelos antropológicos e politicamente viáveis de libertação do humano é a base do desenvolvimento da teoria crítica na Europa, e particularmente na Alemanha, desde a segunda grande guerra. Mas a teoria crítica não é um fenômeno geopolítico localizado. Ela não é exclusividade da reação dos intelectuais europeus aos usos amorais da racionalidade instrumental pelos nazistas como o fizeram Adorno e Horkheimer (1944 e 1984), que buscaram reencontrar os ideais de emancipação e de justiça social que marcam o Iluminismo. Na verdade, a crítica à razão técnica já era feita antes, nas áreas de colonização. Esta crítica de fronteira nasce das reações contra as forças militares de ocupação que usaram ferro e fogo para exterminar as resistências dos povos originários em diversas áreas. Estes povos sofreram fisicamente e culturalmente a violência instrumentalizada e a lógica de extermínio durante os séculos de organização da modernização periférica.

Diferentemente, a leitura contemporânea da teoria crítica que vem se expandindo a partir da emergência de diversos centros intelectuais no Norte Global e no Sul Global, é relevante para abrir o debate para um novo tipo de cosmopolitismo que contempla a questão dos riscos (BECK, 1992, 2011, 2016) e dos problemas das lutas por emancipação nas fronteiras da colonialidade (ZAVALETA, 1982; TAPIA, 2009)². Neste sentido, a tese central da Teoria Crítica da Colonialidade (TCC) (MARTINS, 2019) é de que o pluralismo epistemológico da crítica a nível mundial não é algo recente, embora venha se acelerando nos últimos tempos acompanhando a aceleração do capitalismo e das inovações tecnológicas. Logo, este entendimento da crítica como um programa normativo de reflexão limitado à esfera cosmológica das grandes nações europeias tem um caráter claramente eurocêntrico (WALLERSTEIN,

² É importante lembrar com Marcelo Rosa (2014, p. 63) que a noção de Sul presente em autores como Boaventura Santos (2008) e Raewin Connell (2007) não é uma realidade substantiva. Trata-se de um projeto que faz parte de um “novo espírito” no qual se desenvolve a ciência social contemporânea, objetivando “a necessidade de trazer os processos sociais vividos fora da Euro-américa para o centro da teoria social de forma qualificada, simétrica e não apenas como contra exemplos ou derivações da grande marcha para o ocidente”. As reflexões de Adelia Miglievich-Ribeiro revisando os campos epistemológicos do Sul-Global trazem informações complementares para justificar a relevância de se pensar uma ontologia crítica nos antigos países de colonização, mas que mantém conexões críticas relevantes com os chamados centros do Norte-Global.

2007), não permitindo se entender a relação do capitalismo com a colonialidade, ou do iluminismo como programa que ajudou a ocultar a presença do outro na aventura colonial (DUSSEL, 1993).

A TCC é um programa de reflexão sistêmico, aberto, pluriversal, e voltado para repensar a dominação nas fronteiras do capitalismo colonial de modo a liberar sentimentos, valores e práticas cosmopolitas e anti-coloniais. Este entendimento mais amplo é necessário para se fazer a crítica geral do neoliberalismo como um padrão de poder global (MARTINS, 2018). Um padrão de poder que busca manipular as sociedades nacionais para impor novo modelo global de expropriação de riquezas estreitamente associado com o consumo cultural, individualista e utilitarista. O neoliberalismo impõe um novo modelo de colonialidade baseado na desvalorização do trabalho produtivo e criativo e no consumo especulativo de riquezas. Nele, os indivíduos abrem mão das seguranças ontológicas e morais para usufruírem do desejo impossível do prazer e da felicidade individual ilimitados (BAUMAN, 1997)³.

Então, a reflexão teórica sobre os rumos da(s) modernidade(s) no Norte Global e no Sul Global se fez historicamente como reação a dois movimentos paralelos do capitalismo: um deles, no Norte, a crítica da exploração econômica e social, sobretudo a relação conflituosa entre capital e trabalho em um modelo industrial de vida fundado no sonho do consumo material ilimitado; o outro, no Sul, a crítica do caráter violento da colonização planetária com ações de saque e de destruição cultural, étnica e ambiental, estimulando um pensamento abissal e colonialista fundador de práticas epistemicidas (SANTOS, 2009). Cada uma dessas facetas do desenvolvimento do capitalismo – como máquina de lucro e como dispositivo colonial - tem suas particularidades históricas. Contudo, em conjunto, elas revelam o mesmo problema de fundo, a saber: que o capitalismo como programa de modernização global depende da possibilidade de ampliar a exploração nas

³ Esclarece J. Baudrillard: “Vivemos numa cultura que procura reverter sobre cada um de nós a responsabilidade da própria vida. A responsabilidade moral herdada da tradição cristã foi reforçada por todo o aparelho de informação e de comunicação moderna para levar cada um a assumir a totalidade de suas condições de vida. Isso equivale à extradição do outro, tornado perfeitamente inútil na gestão programática da existência, já que tudo concorre para a autarquia da célula individual (BAUDRILLARD, Jean. (1998) A transparência do mal. Ensaio sobre os fenômenos extremos. São Paulo: Papyrus, 4ª. Edição, p. 176).

antigas áreas de colonização para subsidiar o aumento da riqueza e do consumo nos países centrais. As possibilidades de gerar bem-estar social para os situados “dentro” do sistema dependia e continua dependendo da capacidade de expulsar e eliminar resistências culturais e históricas por parte daqueles países situados “fora” do sistema central do poder capitalista. Pois o sucesso da vida boa no centro do sistema depende em larga medida do aumento da exploração e da pobreza nos países periféricos. O reconhecimento dessa dupla manifestação da modernidade - solar e lunar, luminosa e sombria - exprime-se com intensidade com a excessiva concentração de riquezas e de poder, e de ampliação da violência nas últimas décadas. As incertezas e riscos crescentes das condições de vida, de trabalho e de consumo na globalização (BAUMAN, 1998 e 2007; SENNETT, 1999 e 2006; SANTOS, 2005) se ampliam com a aceleração da desigualdade social, com a desorganização dos movimentos classistas e com o aumento da frustração dos indivíduos com relação a perdas de perspectivas de vida (DUBET, 2020).

Mas há alguns ganhos conceituais interessantes a serem considerados. Um deles é que o reconhecimento do capitalismo como um programa cultural que se legitimou na crueldade moral e na exclusão social, permite destacar o contrato racista que sempre esteve presente nos espaços sombreados do contrato social liberal (MILL, 1997). A dupla face da modernidade global revela também durante o século XX um certo racismo científico gerado pela divisão internacional do trabalho intelectual separando as etnias dos brancos europeus e as etnias dos não europeus. A divisão científica do trabalho escondia uma hierarquia moral que situava os intelectuais do Norte Global no topo da pirâmide, e aqueles do Sul Global na base da pirâmide. A associação direta da origem nacional do intelectual com o caráter industrialista do país de origem permitia uma diferenciação automática entre os níveis de poder e de prestígio intelectual. Havia, de um lado, os intelectuais dos “países desenvolvidos”, os que podiam falar sobre a modernidade como uma experiência universal e válida para todas as culturas; havia, do outro lado, os intelectuais dos “países subdesenvolvidos”, aqueles cujos alcances das análises teóricas eram limitados pelo caráter problemático

das experiências de modernização periférica. Estes últimos apenas seriam vocacionados para a produção de pesquisas empíricas para subsidiar os intelectuais do Norte Global. Aqueles intelectuais do Sul Global eram condenados a produzir um pensamento social com caráter teórico localizado e regionalmente limitado (MARTINS, 2017).

Contudo, nas últimas décadas o florescimento da TCC nos permite revisar o dogma da superioridade intelectual e cultural que permitiu aos intelectuais e cientistas do Norte Global exercerem certa dominação psicológica, moral e literária sobre aqueles do Sul Global. Tal desvendamento do caráter ideológico do poder intelectual do centro ajuda a liberar o potencial emancipador e o valor heurístico destes saberes ecologicamente plurais nas antigas periferias. O desafio, porém, é sair tanto de sentimentos revanchistas como adesistas para se encontrar o ponto de diálogo necessário para afirmar as novas epistemologias mundiais, inclusive aquelas modernas.

Resgatando a tradição da crítica europeia

No caso da tradição europeia, particularmente aquela da Escola de Frankfurt, observa-se, como já lembramos antes, que os eventos trágicos produzidos pelo nazismo geraram um sentimento de desilusão inevitável com os rumos moralmente problemáticos da racionalização técnica moderna (HORKHEIMER, 1937; ADORNO e HORKHEIMER, 1944). As imagens dos campos de concentração e o caráter amoral e perverso das tecnologias de extermínios revelaram a impossibilidade de pensar a modernidade fundada na racionalização instrumental como programa “naturalmente” ético. A lógica nazista abalou a crença de parte da intelectualidade alemã com respeito à filosofia do progresso como sendo um programa racional, secular e ético (ADORNO e HORKHEIMER, op. cit.). A crítica europeia ficou perplexa quando o modelo do controle e do extermínio usados na aventura colonial eclodiu dentro do Império, atingindo inclusive um grupo étnico que tem papel central na colonização, os judeus. Logo, ressalta Vilém Flusser (2011, p. 21), Auschwitz está presente no programa do Ocidente desde o início não como uma anomalia, mas como uma característica do capitalismo ocidental. Por

isso, diz ele, a pergunta correta não é de saber como isto aconteceu, mas como era possível isto: “Porque o que estava em questão não era o campo de extermínio, mas o Ocidente”. Logo, a perplexidade dos fundadores da teoria crítica alemã está em reconhecer o lado sombrio da modernidade formado pela violência colonial e pelos campos de exclusão e de extermínio que se espalham em todos os lugares tanto no Sul Global como no Norte Global. A grande questão: como reverter esta tendência pessimista da crítica da primeira geração de Frankfurt sobretudo a partir da dialética negativa de Adorno? Diria que a busca de reencontrar os fundamentos imanentes de uma racionalidade emancipatória fundada na comunicação ou no reconhecimento e capaz de superar as patologias sociais contemporâneas foi o fator que incentivou as novas gerações de Frankfurt com Habermas (1981; 1985) e Honneth (1996, 2009).

O legado de Frankfurt para o surgimento e emancipação da teoria crítica é muito conhecido, não havendo sentido de reforçar a sua importância quando muitos já o fizeram. Mas vale lembrar que a atualização dos trabalhos da escola alemã foi e vem sendo feita dentro e fora da Alemanha por autores prestigiados como Martin Jay, Michael Walzer, Gerard Delanty, Piet Strydom, Seyla Benhabib, Rahel Jaeggi, Amy Allen, Jean-Philippe Deranty entre outros. Na verdade, a contribuição da escola alemã para o debate atual sobre colonialidade apenas pode ser medido indiretamente e a partir dos diálogos que os frankfurtianos desenvolvem em três níveis: a) entre a crítica e o pragmatismo, como vemos no diálogo de Habermas com os clássicos do pragmatismo e também com Rorty (HABERMAS, 1976 e 1999), ou entre Honneth e Boltanski (CELIKATES, 2019)⁴; b) entre a crítica e o feminismo como aquele desenvolvido por Seyla Benhabib (1986) e Nancy Fraser (FRASER

⁴ Roberto Frega escreveu um interessante artigo sobre a aproximação entre os teóricos de Frankfurt da segunda e da terceira geração com a escola clássica do pragmatismo norte-americano. O autor busca demonstrar os esforços de Habermas, Honneth e Jaeggi de se aproximarem do pragmatismo sobretudo de John Dewey que tem contribuição fundamental para se elaborar a esfera pública como categoria imanente. O objetivo seria superar a negatividade da crítica da primeira geração de Frankfurt (Adorno e Horkheimer) para repensar a relação entre racionalidade e normatividade democrática a partir de certos critérios práticos de organização da experiência que escapam da discursividade. Segundo Frega, este deslocamento para o oeste marca o processo de pragmatização da escola alemã. FREGA, Roberto (2017) Pragmatizing critical theory's province. *Dewey Studies*, Marcel Mauss Institute at CNRS, v.1, n.2, p.4-47.

e HONNETH, 2003); e c) entre a crítica alemã e a crítica francesa em particular, com Michel Foucault, Pierre Bourdieu e a crítica antiutilitarista, de modo geral (DELANTY, 2020; VAN DEN BRINK e OWEN, 2007).

O desafio continua sendo o de aprofundar as tramas e conexões entre dominação, emancipação e justiça social a partir de experiências abissais e de novas práticas intelectuais. Nos referimos a práticas que não são atreladas diretamente ao legado iluminista mas que valorizam a pluralidade de campos intelectuais. No meu entender, a tentativa de associar a teoria crítica apenas aos autores alemães, sobretudo Horkheimer, Adorno, Fromm, Marcuse, Habermas e Honneth, implica numa simplificação metodológica que, como explicamos, limita o entendimento do potencial emancipatório pluriversal da crítica. Este reducionismo metodológico impede de se observar como a superação da sociedade industrial por uma outra sociedade fundada nos serviços, nas tecnologias virtuais e na especulação financeira, muda radicalmente as referências geopolíticas sobre motivos transcendentais e imanentes da prática social.

A expansão da crítica na França atravessa os legados da fenomenologia e do existencialismo no pós-guerra e, atualmente, aquele do pragmatismo francês (CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017). Ela ganha especial atenção com a crítica antiutilitarista que se expande desde os anos oitenta, buscando desconstruir os fundamentos da mercantilização e do neoliberalismo para revelar uma nova utopia convivalista. O desenvolvimento da crítica na França também se revela em dois níveis: o da busca de articular a teoria do reconhecimento de Honneth a partir da sociologia da prática de inspiração bourdieusiana e da sociologia da crítica de Boltanski (RENAULT, 2006 e 2012; CELIKATES, 2019). O outro nível é aquele da crítica antiutilitarista buscando articular reconhecimento e dádiva (REVUE DU MAUSS, 2004; CAILLÉ, 2007a e 2007b). Honneth, em entrevista concedida a Celikates (2019), reconhece a importância do antiutilitarismo como meio de se evitar uma leitura reducionista do reconhecimento que enfatizaria mais sua dimensão psicológica que suas implicações práticas. Sua aproximação com o debate francês sobre a dádiva permite um entendimento normativo positivo da esfera

imane do reconhecimento (MARTINS, 2008; CAILLÉ, 2007 e 2008; FONTES, 2018).

O diálogo do reconhecimento com a crítica antiutilitarista possibilita a abertura do debate para repensar os temas da visibilidade, da inclusão e da justiça nos contextos das modernidades periféricas. Isto aproxima a crítica alemã daquela pós-colonial. O entendimento pluriversal da crítica exige que se amplie o debate sobre dominação e esclarecimento para outras fronteiras do conhecimento a partir de diversos contextos geopolíticos. Há, também, um eixo que se desenha entre a crítica antiutilitarista à mercantilização e a crítica pós-colonial, que enfatiza a necessidade de rever a colonialidade do poder e do saber. Nesta linha de reflexão Gerard Delanty (2020) considera a tradição francesa da teoria crítica fundamental para o avanço do debate, confirmando a tese que também venho defendendo. Isto é, a tradição francesa contribui para acentuar a importância de se avançar com o deslocamento e a pluralização da teoria crítica, contemplando as novas contingências e exigências de normatividade das sociedades contemporâneas. Esta questão é fundamental para Luc Boltanski que, no seu *Sobre a crítica. Uma sociologia da emancipação* (2011), sustenta que a sociologia não pode ser meramente descritiva, devendo ser crítica para lidar com a questão da normatividade.

As percepções dos intelectuais com relação aos rumos da modernidade ocidental na segunda metade do século XX conheceram diferentes motivações e variadas impressões e reações. Por um lado, temos os intelectuais do Norte, movidos pelo desencanto com as perspectivas sombrias da razão técnica; por outro, os do Sul, movidos pelo ressentimento com a violência dos usos dessa razão instrumental sobre as culturas não europeias ainda nos tempos atuais. Há, no entanto, algo que une os dois grandes referenciais epistemológicos, aquele do Norte Global e aquele do Sul Global (MARTINS, 2017). Este algo diz respeito ao reconhecimento de que o capitalismo não constitui apenas uma máquina de acumulação de riquezas que se move a partir da reprodução técnica da lógica capital versus trabalho. O capitalismo também é um organismo cultural e ideológico que se move pela exploração e pela violência colonial, reproduzindo incessantemente conflitos racistas, étnicos, nacionais,

machistas e religiosos. Neste sentido, ele se funda numa lógica conflitiva generalizada em vários níveis da vida social, inclusive aquele dos conflitos classistas (MARTINS, 2017 e 2020). Há, também, diferenças históricas que precisam ser lembradas pois interferem na elaboração do imaginário crítico.

A percepção dos intelectuais de fronteiras sobre a dominação e sobre os pressupostos da liberdade e da emancipação sempre foi mediada pelo sentimento anticolonial. Estes intelectuais conhecem os relatos sobre as violências e massacres dos colonizadores desde os primórdios da modernidade. Logicamente, os eventos da segunda guerra eram vistos com curiosidade e perplexidade pelos intelectuais das periferias, mas dentro das distâncias culturais e históricas inevitáveis na medida em que o caráter global dos conflitos atingia a todos. Nas antigas áreas de colonização, o desenvolvimento da crítica teórica tem outros focos. Por um lado, ela revela os ressentimentos dos colonizados com os colonizadores antes, durante e após os processos de independência nacionais, influenciando sobre as representações imaginárias da modernização. Por outro, elas contribuíram para manifestar o caráter amplo das políticas de segregação social e econômica e os processos globais de marginalização de minorias étnicas e de migrantes nas grandes metrópoles do centro e das margens.

As experiências intelectuais nas modernidades periféricas resultam, em geral, como já assinalamos, a partir dos modos ambíguos de recepção e adaptação cultural das narrativas do capitalismo colonial e no confronto com os modos de organização local da vida social. Deste modo, elas sempre colocam em perspectiva os temas da crítica da dominação e da liberdade a partir de outros ângulos históricos produzidos pela colonialidade. São os casos daqueles temas relativos à dependência, ao imperialismo, ao racismo e à desigualdade estrutural. Estas tensões de fronteiras constituídas no processo da colonialidade se revelam com particular destaque nos processos de independência no pós-guerra e presentes em autores como Fanon (1952) e Césaire (1958). Vale lembrar que os intelectuais que tomaram a responsabilidade de avançar com reflexões mais articuladas e consistentes sobre a associação do racismo com a modernidade capitalista, foram,

sobretudo, aqueles das antigas áreas colonizadas como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Edward Said, Albert Memmi, Carlos Mariátegui entre outros. Eles contribuíram para desvendar o caráter perverso e cínico das narrativas eurocêntricas que organizaram a expansão do poder colonial nas Américas, na África e na Ásia.

O deslocamento da crítica

É evidente que os eventos do século XXI contribuíram para ampliar o pessimismo dos intelectuais de Frankfurt com relação aos usos moralmente inaceitáveis da racionalidade técnica. As transformações da sociedade global nos últimos anos revelam uma aceleração visível das inovações tecnológicas com impactos diretos sobre as instituições e sobre os sistemas de sociabilidades. A pandemia contribuiu para acelerar novas referências de espaço e de tempo (MARTINS, 2021) que obrigam programas de reconstrução necessários das instituições acadêmicas e dos saberes teóricos. Os eventos dramáticos, agora ampliados com a pandemia, estão desconstruindo rapidamente as expectativas otimistas que ainda existiam sobre a pretensa racionalidade técnica do capitalismo de mercado como regulador social. Os movimentos de aceleração e de retração do capitalismo neoliberal neste século XXI revelam movimentos caóticos que impactam negativamente sobre as instituições sociais, políticas e econômicas e sobre a questão ambiental (ROSA, 2013 e 2017).

Enfim, a pandemia contribuiu para romper quaisquer ilusões sobre a perspectiva de uma razão técnica capaz de restaurar a utopia moderna que supostamente deveria emancipar o coletivo humano. Estamos observando, no momento, o desaparecimento da aura otimista da modernidade capitalista já clássica. O futuro vai emergindo como um horizonte distópico, pois o progresso histórico achatou o imaginário do futuro no tempo sombrio do presente (MARTINS, 2021). O achatamento da representação do tempo do futuro no presente trágico vem se revelando intensamente pela desorganização das políticas públicas, pelo aumento do desemprego, da exclusão e da desigualdade, pela diminuição de perspectivas de boa vida e

pela ampliação de patologias morais e psíquicas (MAGNELLI E MARTINS, 2020). Numa perspectiva geopolítica, estamos testemunhando uma série de eventos globais com impactos regionais e nacionais que demonstram a perda de rumos da modernidade com resultados variados no centro e nas fronteiras do capitalismo.

Estes choques sistêmicos estão colaborando para uma revisão em profundidade dos postulados explicativos da modernização e do desenvolvimento humano, colocando desafios para se antever a natureza do que Wallerstein chama de movimentos antissistêmicos (WALLERSTEIN, 2008), isto é, os novos movimentos de contestação e reconfiguração do social e do político. Neste caso a Teoria Crítica da Colonialidade (TCC) deve considerar como o pluralismo de perspectivas dos modos de construção da realidade podem se beneficiar das reações anti-sistêmicas inevitáveis. Estas surgem a partir do reconhecimento de que o capitalismo não é apenas uma máquina de produzir lucros, também produzindo violências sociais, políticas, morais, culturais e ambientais. Ou seja, a razão capitalista não é fabricada apenas de interesses econômicos, mas de uma variedade de motivos culturais, militares e religiosos que impactam sobre os rumos do capitalismo colonial e que influem sobre as representações racistas no processo de organização da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2003). Progressivamente, vemos o surgimento, a partir de diversos contextos, de narrativas anti-sistêmicas nos campos intelectual e dos movimentos organizados. Tal pluralismo é teórico e prático, revelando a complexidade dos sistemas de conhecimentos filosóficos e sociais nos últimos três séculos e sobretudo nos tempos recentes com a crise do positivismo, com o feminismo, e com o desconstrucionismo e o novo construcionismo da filosofia social (STRYDOM, 2010).

O objetivo teórico e metodológico deste conjunto de práticas intelectuais críticas intituladas TCC é o de superar um entendimento universalista e unitário do capitalismo para colocar luzes sobre as variedades de experiências sociais e intelectuais que emergem de forma crítica em diversos campos culturais da atualidade. A crítica no contexto cosmopolita atual deve considerar, logo, a pluralidade de contextos de colonialidade e de

anticolonialidade. Ela deve considerar o pluriversalismo das diversas perspectivas analíticas e formas culturais que emergem na organização da modernidade. Trata-se de fazer uma crítica da crítica, atualizando a teoria social neste contexto em que as tarefas de reconstrução do imaginário humano é tarefa hercúlea. Para esta atualização a contribuição dos estudos pós-coloniais é inevitável, facilitando revisões dos paradigmas em ciências sociais e humanas, e na sociologia, em particular (SANTOS, 2000; BHAMBRA, 2014; BHAMBRA E HOLMWOOD, 2021).

Houve nas últimas décadas um deslocamento inevitável de perspectivas sobre os tipos de racionalidades no mundo, obrigando os campos intelectuais do Norte-Global a ampliar a crítica da modernidade nas fronteiras, tanto aquelas do conhecimento como aquelas geopolíticas. Tal movimento que foi iniciado pelo pós-modernismo e pelo pós-estruturalismo agora inclui o pós-colonial, levando a refazer o diálogo entre Norte e Sul num outro patamar de reconstrução do pensamento civilizacional e convivial (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020). O deslocamento de perspectivas reflete a crise do positivismo na passagem da sociedade industrial para a sociedade de serviços e de comunicação, liberando novas formas sociais que escapam da lógica do trabalho industrial como já anunciava Daniel Bell (1977). O fato é que a ênfase na modernização econômica e industrial como um evento linear que foi dominante no século XX agora aparece como um viés ideológico ligado ao positivismo histórico. Logo, o desvendamento do caráter ideológico do desenvolvimento deu lugar a estudos mais variados sobre cultura e sobre linguagem que buscam escapar da narrativa do progresso (ALLEN, 2016), liberando novas heterotopias. Na perspectiva da reação antissistêmica, diríamos que o declínio da lógica do industrialismo em favor da lógica da financeirização contribuiu tanto para fortalecer a autonomização do mercado e do neoliberalismo, como para criar novas formas de resistências anticapitalistas. Isto revalorizou o papel de um imaginário cosmopolita aberto à diversidade de perspectivas analíticas e culturais, favorecendo os deslocamentos das possibilidades da hermenêutica como método prático de reconstrução das realidades humanas. A existência de uma multiplicidade de

centros e de grupos de intelectuais realizando programas de contextualização da crítica e associados a novas redes de resistências virtuais e presenciais revela o novo momento dos tempos pós-modernos tanto na sua dimensão iluminada como assombrosa.

A novidade está no fato de que a crise do universalismo europeu contribuiu para dar visibilidade à produção intelectual plural do Sul Global que passa a ser vista, desde final do século XX, como fonte legítima de um cosmopolitismo crítico (DELANTY, 2006) com suas particularidades ontológicas e epistemológicas (TAPIA, 2012). Isto é, a desconstrução da ideologia do universalismo europeu que era a base de certa retórica do poder imperial (WALLERSTEIN, 2007), contribuiu para dar visibilidade a outros modelos culturais nas sociedades em transformação, ressignificando o nacional no interior da sociedade global. O reconhecimento da existência de uma ampla e diversificada produção intelectual nas sociedades do Sul Global contribui para tornar mais complexo o entendimento do lugar da crítica no interior da teoria social. Isto convida a se entender que há uma convergência interessante entre as abordagens plurais presentes nos variados campos intelectuais no mundo, confirmando a riqueza do pluralismo epistemológico como realidade factual. Esta convergência revela que a crítica da dominação e o anseio por liberdade e justiça constituem um denominador cultural comum independentemente das fronteiras da colonialidade. A diversidade contextual contribui para a emergência de percepções diferenciadas e confluentes sobre o objeto da crítica no contexto do que Frédéric Vandenberghe (2020, p.102) denomina de “segunda pós-modernidade” (ver também artigo neste dossiê). Ou seja, aquela de uma ampliação do escopo da sociologia para dar conta da crise da sociedade, da crise da modernidade e da crise da sociologia.

A visibilidade institucional dos campos intelectuais cosmopolíticos situados nas antigas áreas de colonização destaca, por sua vez, uma produção rica e diversificada de experiências intelectuais que buscam revisitar o moderno e o pós-moderno pelo outro lado da fronteira do capitalismo colonial. Esta crítica destaca temas agudos relacionados com dependência,

imperialismo, movimentos sociais, terra e meio ambiente, enfocando, atualmente, em lutas diversas: minorias, antirracismo, antipatriarcalismo e ecologia, estando moralmente comprometidas com a questão democrática. As várias versões da crítica anticolonial (colonialismo interno, estudos subalternos, decolonialidade, ecologia dos saberes, Teorias do Sul, entre outras), em diversas regiões do planeta, têm um grande potencial emancipador. Elas revelam as possibilidades analíticas e normativas da crítica teórica a nível mundial no momento em que as barreiras hierárquicas da geopolítica do conhecimento entre Norte Global e Sul Global revelam rachaduras. Elas permitem recuperar a tradição da crítica no Sul-Global ampliando as contribuições epistemológicas que foram ofertadas pelo pensamento decolonial nos últimos vinte anos (MARTINS, 2012).

O reconhecimento das distâncias fronteiriças entre as representações de modernidade no Norte-Global e no Sul-Global é importante para se entender como os subsistemas periféricos funcionam no interior do sistema-mundo (MARTINS, 2013a). Na modernidade, tal distância foi interpretada mediante um certo binarismo estrutural que valorizava os saberes do Norte como conhecimentos científicos universais e aqueles do Sul como saberes culturais limitados como tem sido amplamente denunciado pelo pensamento decolonial. No século XX, o binarismo foi, em geral, entendido como uma condição estrutural no processo de modernização nacional no interior da modernização global, reproduzindo o imaginário do progresso histórico. As teses de superação do binarismo são diversas. O binômio estrutural é uma condição explicativa da colonialidade herdada do dualismo cartesiano e que se reproduz, inclusive, no interior dos sistemas de pensamento produzidos nos sistemas universitários periféricos. Esta construção ideológica justificou a violência das conquistas e o epistemicídio que nos fala Boaventura Santos e Maria Paula Meneses (2009). Por isso, na perspectiva da teoria crítica da colonialidade a interpretação cultural da colonialidade é objeto de uma dupla leitura, como se fossem os lados opostos do espelho da cultura.

A crítica às limitações desta hierarquia moral e cognitiva não deve passar pela negação do binarismo, mas pela sua desconstrução conceitual de

modo a desfazer o estigma da inferioridade cultural dos saberes do Sul Global, revalorizando as experiências das fronteiras da colonialidade (SANTOS, 2000). As críticas pós-coloniais mais recentes avançam no sentido de reconstruir a complexidade do sistema-mundo a partir de um novo entendimento que valoriza igualmente as perspectivas analíticas, estéticas, morais e cognitivas do Norte-Global e do Sul-Global. Isto favorece novos entendimentos sobre as possibilidades de superação da colonialidade do poder e do saber como vem sendo revelado pela emergência da TCC tanto no plano da academia como dos movimentos sociais e culturais locais e globais. Há, pois, um binarismo estrutural a ser superado e que não pode ser resolvido pelo cancelamento do debate iluminista que exaltava o moderno em detrimento do tradicional. Esta resolução passa pelo resgate das memórias canceladas, esquecidas e ausentes (SANTOS, 2008) para desmontar a farsa ideológica que pregava a colonização como o embate entre razão universal e culturas irracionais particulares.

Há representações fatalistas que entendem não haver chance para o desenvolvimento das sociedades do Sul, sendo preferível se colocar sob proteção de um país hegemônico. Neste caso, o dos argumentos de parte dos economistas das universidades norte-americanas (WANDERLEY, 2011), a saída mais oportuna seria a da modernização por etapas tendo os países industrializados como exemplos a serem seguidos, como propôs Rostow (1960). Na América Latina observamos bem esta tese nas relações de subserviência com os Estados Unidos. Nestes casos, seguindo uma lógica positivista que justificaria a utopia do progresso histórico, as sociedades pós-coloniais “subdesenvolvidas” deveriam imitar os padrões dos países centrais chamados de “desenvolvidos”. Em geral, estas representações imaginárias refletem construções ideológicas concebidas no campo semântico do progresso histórico que está sendo muito questionado no momento atual. No lado dos intelectuais estruturalistas latino-americanos temos, diferentemente, teses que sugerem a quebra das etapas. Foi o caso, por exemplo, da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) que foi concebida dentro de um imaginário industrialista fundado na possibilidade de romper o subdesenvolvimento mediante políticas induzidas pelo aparelho estatal

(PREBISCH, 1949; FURTADO, 1985). A orientação política desta instituição era a da superação do binômio entre desenvolvimento e subdesenvolvimento a partir de uma intervenção estatal planejada, de médio e longo prazo, sobre as atividades econômicas. Vale lembrar que, nos dois casos assinalados, o das “etapas necessárias” proposto por economistas do Norte, ou o do Estado como agente da modernização, conforme sugerido por economistas do Sul, estamos ainda prisioneiros de uma leitura utilitarista. Nestas leituras, o desenvolvimento é reduzido a um problema econômico. Para uns, a saída é copiar os padrões dos países industrializados; para outros, a saída passaria por políticas induzidas de industrialização e da organização do mercado de trabalho. Logo, tais abordagens, embora aparentemente pareçam antagônicas, na prática se aproximam pelas dificuldades de colocar claramente os elementos extra-econômicos. Pois tais elementos ligados à política, à cultura, aos saberes tradicionais e às diversidades étnicas e identitárias são fundamentais para avançar na crítica aos dispositivos de colonialidade. E para promover a adoção de políticas e práticas voltadas para a emancipação de uma cidadania aberta e inclusiva.

A crise atual revela, por outro lado, a reorganização do capitalismo colonial a partir das novas estratégias dos países mais ricos, sobretudo Estados Unidos e China, que ampliam as distâncias entre ricos e pobres. Há, como consequência, o reforço à lógica neoextrativista de produção e exportação de matérias-primas minerais e agrícolas em grande parte das antigas áreas de colonização, reforçando a antiga divisão colonial entre centro e periferia (SVAMPA, 2019). O caso da América Latina é exemplar neste sentido. A região conhece forte processo de desindustrialização e de empobrecimento, ao mesmo tempo em que se amplia a presença de grandes empresas agrícolas e de mineração. Há disputas intensas entre os países mais ricos em torno do controle político e econômico das áreas consideradas como vocacionadas para implantação de modelos extrativistas de exploração econômica. Isto contribui para a degradação das condições humanas nas antigas regiões de colonização. Há, então, no atual contexto, uma redefinição crítica clara dos mecanismos de colonialidade do poder, do saber e do ser que

têm validade mundial mas que ganhou peso particular na América Latina com o grupo “modernidade e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013). Este grupo tem desenvolvido uma forte crítica desconstrucionista ao eurocentrismo embora, como já dissemos em outras oportunidades, ele falhou em não avançar na crítica ao novo colonialismo promovido pelo neoliberalismo. Este coloca outros desafios teóricos, revelando tanto disposições emancipatórias como, no lado contrário, disposições de recolonialidade.

Diga-se de passagem, que a crítica teórica periférica já vinha buscando criar entendimentos sobre as mudanças da colonialidade e sobre as formas de resistência a partir de algumas décadas. Mas as dificuldades do Sul Global de avançar com a revisão do novo imperialismo americanocêntrico deve ter contribuído para reforçar o entendimento equivocado da globalização como um fetiche libertador da condição de subdesenvolvimento. Mero engano. O discurso da globalização foi apenas uma estratégia ideológica para quebrar as resistências nacionalistas ao novo pacto imperialista que se desenhou na segunda metade do século XX, quebrando as utopias modernas (NEGRI, 2014). Assim, as estratégias imperiais puderam assegurar a nova dominação colonial sem muitas resistências, revelando formas mais sofisticadas de organização do poder das grandes empresas a nível mundial e ampliando o conformismo social. No momento, há uma aceleração importante dos mecanismos de colonialidade a partir, como já assinalamos, das disputas por hegemonia entre norte-americanos e chineses. Hoje, as grandes empresas controlam parte considerável do mercado global e dos processos de inovação nas áreas de consumo, de exploração mineral e agrícola, de pesquisas espaciais etc. As grandes empresas estão impulsionando o mercado global a partir de processos de inovação técnica que escapam ao controle dos estados nacionais e da ciência pública, provocando ruínas consideráveis no plano social e estimulando o fortalecimento da direita conservadora e racista (BROWN, 2021).

As tensões e diálogos entre as teorias do Norte e as do Sul se localizam nesta pista de mão dupla da modernidade, buscando ampliar a crítica por dentro e por fora e nas fronteiras das diversas experiências culturais e

históricas. As conexões entre Norte e Sul (MARTINS, 2012) buscam encontrar os pontos de intersecção entre os desenvolvimentos teóricos dos dois lados. Um exemplo claro deste diálogo entre tradições é demonstrado pela inegável influência de Foucault e de Derrida sobre a crítica decolonial que prosperou na América Latina desde os anos 90 (MARTINS, 2013b). Tais teses decoloniais entendem que a desconstrução da narrativa do eurocentrismo precisa ser feita para desmistificar a tese da Europa como centro do mundo e, logo, desmistificar o desenvolvimento como desdobramento do programa histórico europeu. A crítica é muito pertinente, inclusive porque revela, como lembra Enrique Dussel (2003), que no início da empresa colonial a Europa era apenas uma periferia do mundo mulçumano. Contra o reducionismo teórico do etnocentrismo europeu, o pensamento decolonial avançou na busca de valorizar outras narrativas históricas próprias dos sistemas culturais não europeus. Para a crítica decolonial, a valorização das alteridades históricas e culturais seria necessária para liberar outros saberes e práticas, uma outra episteme global que tinha sido subalternizada. Este trabalho de deslocamento das epistemologias para o Sul foi muito relevante (BALLESTRIN, 2013). No entanto, no meu entender, a excessiva preocupação com a crítica aos elementos históricos do eurocentrismo levou os decolonialistas a negligenciar a importância da crítica à nova colonialidade produzida pelo neoliberalismo neste século XXI.

Todavia, à luz dos eventos atuais constatamos que a crítica desconstrucionista que articula o pensamento decolonial surgido naquela década de 90 contribui apenas em parte para atualizar a reflexão pós-colonial. A crítica decolonial não se atualizou para entender a nova colonialidade digital que emergiu com o neoliberalismo e que vem se radicalizando com a pandemia e com a aceleração das tecnologias virtuais. Na América Latina, esta questão é particularmente grave quando consideramos a omissão dos chamados estudos decoloniais com relação à nova colonialidade.⁵ Na medida em que a

⁵ A crítica decolonial, influenciada pela linguística e pelo pós-estruturalismo, ofereceu importantes contribuições para desmistificar a colonialidade eurocêntrica, denunciando sobretudo seus aspectos históricos. Mas ela não conseguiu realizar uma crítica sociológica mais precisa dos novos mecanismos de dominação e de exploração que se expandiram nas últimas décadas com o americanocentrismo e chinocentrismo, marcando o que alguns autores denominam de colonialismo digital (KWET, 2021). A

crítica decolonial privilegiou a desconstrução literária, linguística e histórica de narrativas clássicas da colonialidade, ela terminou não dando prioridades ao tempo presente. Ela perdeu de vista o entendimento do impacto civilizacional do neoliberalismo ligado ao americanocentrismo. Isto não invalida sua contribuição para a teoria crítica pluriversal, apenas aponta para a necessidade de se adiantar os ajustes epistemológicos e metodológicos.

A TCC e a nova colonialidade

A TCC revela um processo de autonomização de práticas intelectuais que inspira a crítica da modernidade fora da Europa e a partir de um lugar histórico especial, o das fronteiras da colonização. Este movimento da crítica teórica relacionada com a modernidade periférica está estreitamente ligada aos sentimentos anticoloniais, em geral. Ele também está conectado com as mobilizações anticoloniais que se emanciparam no pós-segunda guerra na África e na Ásia, nas lutas dos povos ameríndios das Américas e das lutas das minorias nos Estados Unidos, Canadá e diversos países. Este foi e continua sendo o cenário do colonialismo interno (Martins, 2019 e 2020) que, agora, emerge como um campo particular da TCC com papel central para se reorganizar a crítica da dominação no novo contexto do imperialismo mundial.

Na perspectiva da TCC, a ampliação das possibilidades heurísticas da teoria crítica a partir de um perspectivismo plural e contextualizado é relevante para liberar novas questões epistemológicas e hermenêuticas. Falamos de questões que ressaltam a contingência da ação, a diversidade de olhares e as relações complexas entre oposições e conexões, como sugere Paola Rebughini (2018, p.12). Os eventos globais estão revelando que, no deslocamento das narrativas do conhecimento, a ideia de contexto passa a ser conjugada necessariamente no plural como contextos. Rebughini (op. cit.),

crítica decolonial floresceu na América Latina a partir da década de noventa do século XX (Lander, 2003; Quijano, 2003; Maldonado-Torres, 2007; Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2012; Mignolo e Walsh, 2018). Na prática, tanto o Decolonialismo (Decolonial Studies), na América Latina, como os Estudos Subalternos (Subaltern Studies), na Índia, entre outras correntes críticas nas ciências sociais ficaram presas ao embate com a antiga dominação colonial. Assim, não foram capazes de prever o novo movimento de colonização planetária capitaneado pelo neoliberalismo desde os anos oitenta do século XX.

assumindo uma posição anti-eurocêntrica e anti-anthropocêntrica, esclarece que:

Hoje em dia, à luz da complexidade social, do pluralismo cultural e dos mecanismos comunicativos e tecnológicos, a conciliação num *Aufhebung* final parece impossível, especialmente se nos referirmos a um projeto utópico ou à síntese política do Estado. Assim, mais uma vez as contradições imanentes que podem fomentar a crítica só podem ser compreendidas em referência a contextos e situações específicas

O sucesso da crítica vai depender da ampliação do campo de observação para desconstruir mais diretamente as dificuldades e construir novas possibilidades emancipatórias. Estas passam pelas possibilidades de reorganização das agendas de movimentos sociais e culturais neste momento de avanço de forças populistas conservadoras. A emergência da TCC considera que a expansão dos meios de comunicação e das novas tecnologias virtuais contribuiu para dar visibilidade a uma série de campos intelectuais organizados a partir de particularidades contextuais, nas diversas áreas do Sul-Global. Tais campos não tinham visibilidade e legitimidade científica adequadas devido às restrições ideológicas impostas pelo Eurocentrismo sobre o valor dos saberes periféricos. Havia, por um lado, aqueles saberes produzidos no Norte-Global e reconhecidos como legítimos para refletir sobre a natureza e destino da modernidade. Havia, por outro, aqueles saberes do Sul Global que eram entendidos como produtos culturais ontologicamente limitados. Logo, apenas caberia aos campos intelectuais do Sul reproduzir as teorias dos intelectuais do Norte e produzir pesquisas empíricas que subsidiariam a produção do centro (CONNELL, 2007). Esta representação do campo intelectual gera uma injustiça cognitiva que foi observada no modo como os autores europeus considerados clássicos lidam com o tema da colonialidade (Bhambra e Holmwood, 2021).

Quando se abre o leque das teorias do Sul (CONNELL, 2007; SANTOS, 2000 e 2008; COMAROFF, 2011a e 2011b) observa-se duas questões que marcam a relação entre universalização e pluralização. De um lado, todos estes campos intelectuais desenvolvem teorias críticas tendo como foco a importância de desconstruir normativamente o capitalismo utilitário e colonial e valorizar a produção crítica das fronteiras (ALATAS, 2003). De outro,

observa-se que as discursividades produzidas nas margens são variadas, refletindo as particularidades culturais e históricas de regiões e sociedades. Usando a linguagem conceitual dos teóricos alemães inspirados em Kant diríamos que a dimensão transcendental da crítica, aquele da justiça social universal, se realiza no pluriversalismo a partir do compartilhamento horizontal de práticas imanentes e normativas dadas pelos contextos particulares de percepção dos mundos. Neste sentido, a TCC dialoga com as abordagens antiutilitaristas que buscam resgatar uma filosofia política pluriversal que supere as fragmentações teóricas e disciplinares resultantes da crise do pensamento eurocêntrico e que se abra para nova relação entre reciprocidade, cuidado e reconhecimento (CAILLÉ E VANDENBERGHE, 2020).

O caráter pluriversal da teoria crítica na atualidade é gerado pela emergência de um pluralismo cognitivo, moral e estético amplamente compartilhado. Isto acontece a partir de uma variedade de campos intelectuais que elaboram, de modo particular, a crítica pós-colonial de ideias e experiências moralmente confluentes nas fronteiras disciplinares e no diálogo com a filosofia, a estética e a psicanálise. Isto é diferente de uma ideologia universalista que destitui as diferenças culturais para impor um projeto de uniformização cultural que recusa a evidência da colonialidade como forma de dominação cultural autoritária. É o caso daquele projeto eurocêntrico que dominou a construção da modernidade ocidental e que influenciou no modo de organização dos conhecimentos científicos e humanistas. O pluriversalismo heterocêntrico, ao contrário, passa pelo reconhecimento do pluralismo dos campos, da contingência do conhecimento e pelo contextualismo das comunidades de agências relevantes para a crítica da dominação. Estes pressupostos da TCC são fundamentais para evitar a redução da crítica ao legado idealista europeu; e para incluir, também, a diversidade de garantias transcendentais e imanentes que aparecem quando se analisa o debate sobre emancipação a partir das fronteiras da colonialidade. O reconhecimento da diversidade de críticas que florescem em vários centros acadêmicos fora da Europa vem contribuindo para colocar novas luzes sobre os modos de normatização dos sistemas de poder e sobre as estratégias teóricas de

reconstrução das práticas. Na demonstração do valor da TCC radicalizo, então, a categoria epistemológica do pluralismo e da contextualização para atualizar os usos da crítica que se faz nas modernidades periféricas. Ou seja, as leituras que se podem fazer do capitalismo a partir de suas fronteiras são fundamentais para uma crítica global do utilitarismo mercantil e para a busca de heterotopias liberatórias. Isto é particularmente relevante neste momento de desaparecimento do discurso otimista da filosofia do progresso que legitimou a acumulação como uma condição histórica inevitável.

Nos últimos tempos a crítica tem rompido com esta estrutura ideológica, passando a estabelecer um novo campo de diálogo e cooperação mais intenso na direção Sul-Sul e Sul-Norte. Tal visibilidade da produção heterogênea global impactou sobre a antiga divisão do trabalho intelectual moderno que separava os produtores intelectuais, liberando novas janelas de percepção da realidade ecossocial. A emergência da produção diversificada da crítica pós-colonial (na Índia, na Malásia, na Austrália, na África do Sul, na África do Norte, na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos) tem contribuído para deslocar o mosaico do conhecimento dito científico. Ele está revelando o capitalismo ocidental como um programa de colonização planetária de caráter moral e ecologicamente problemático, ao mesmo tempo modernizador e depredador. Logo, a recente visibilidade institucional da produção do Sul-Global está permitindo desfazer esta hierarquia colonial do trabalho intelectual, ajudando a liberar uma crítica ampliada a partir de dentro e de fora da modernidade ocidental. Tal evento extraordinário intensificou o surgimento de uma nova racionalidade cosmopolita fronteiriça que renovou a crítica pós-colonial tradicional muito ligada aos temas do imperialismo e da dependência. Por outro lado, observamos a emergência de um leque amplo e diferenciado de reações intelectuais, sobretudo nos centros intelectuais do Sul Global, contra as novas formas de exploração do capitalismo colonial. No meu entender, contribuições decisivas para estes ajustes foram dados por dois importantes autores: R. Connell (2012), apontando as manobras ideológicas contidas na tese de que o Norte seria o produtor de teoria crítica, por excelência; e Boaventura de Sousa Santos

(SOUSA SANTOS e MENEZES, 2009), enfatizando as epistemologias do Sul. Marcelo Rosas (2014) também considera que o casal Jean e John Comaroff devem ser incluídos neste grupo, embora, no meu entender, eles tenham uma posição ambígua com relação à dimensão de originalidade das racionalidades do Sul Global.

Assim, constatamos a emergência lenta e progressiva da crítica pós-colonial plural, a TCC, que vem ganhando visibilidade acadêmica em diversos lugares do planeta. O diálogo mais fértil para se pensar as novas bases da TCC são oferecidas nas fronteiras da crítica antiutilitarista e da crítica pós-colonial (MARTINS, 2017). Nestas fronteiras, a prática emancipatória pode resgatar a diversidade de saberes e memórias anti-coloniais e antimercadológicas que guardam as sementes de “outros mundos possíveis”. A crítica antiutilitarista é crucial para se entender e traduzir os impactos do neoliberalismo nos sistemas periféricos não apenas no plano da colonialidade do poder e do saber acadêmico, mas sobretudo da vida prática, da organização cotidiana do conhecimento comum. E também para se repensar modelos de Estado soberanos que incluam as diversidades étnicas e os desafios de promoção de uma cidadania ampliada como projetos políticos e culturais mais participativos.

A visibilidade da produção do Sul-Global revela, igualmente, que o desenvolvimento da crítica na periferia tem efetividade teórica, mantendo diálogo intenso e simétrico com a crítica teórica do Norte-global. Tal mudança na geometria do conhecimento revela que as modernidades surgidas no Sul Global constituem uma dimensão cosmopolita irrecusável para a crítica geral da modernidade, e para repensar programas de mudança social sustentáveis. Em comum, tais críticas compartilharam historicamente temas como dominação, exploração, justiça e liberdade, embora expressando os olhares diversos de lugares de colonizador e colonizado. Agora, a TCC aparece como uma moeda de síntese desta variedade de pensamentos permitindo intensificar os diálogos horizontais, contribuindo para uma teoria crítica ampliada da realidade do capitalismo colonial. Estes novos acontecimentos emergem com mais clareza à medida em que se evidencia que o debate sobre

globalização e democracia não está dando conta adequadamente da crítica da nova colonialidade impulsionada pelo neoliberalismo. A TCC revela as reações dos intelectuais do Sul Global em parceria com aqueles do Norte Global neste contexto de reorganização do imaginário intelectual. Em conjunto, estes blocos valorizam as fronteiras do capitalismo colonial como lugares de imaginação de outras ecologias de saberes (SANTOS, 2000 e 2008), que se fazem necessárias para a crítica do capitalismo. Este tipo de crítica geral amplia o sentido ocidental da racionalidade que tem forte componente cognitivo para incluir outros modos de organização das culturas que valorizam as afetividades na imaginação do social. Isto contribui para a superação da antiga divisão do trabalho intelectual na modernidade ocidental e para promover um outro padrão de cooperação intelectual que valorize a diversidade de orientações racionais entre as percepções cognitivas, morais e afetivas.

O avanço simultâneo da crítica teórica no Norte Global e no Sul Global é estratégico neste momento de dificuldades sistêmicas do capitalismo neoliberal e de agravamento da vida social pela pandemia. Urge um novo giro epistemológico e epistêmico para esclarecer como o neoliberalismo na sua expansão especulativa frenética conseguiu expor à luz da razão as duas faces de Jano⁶. Uma das faces olhando para a frente, para as ruínas do progresso histórico, a outra, para trás, para as memórias de dor e de violência que as culturas não europeias conheceram pelo impacto da expansão colonial. A pandemia contribui para ampliar o caos político e existencial gerado pelo capitalismo neoliberal, mas ela também acelera as potencialidades da emancipação de um novo modo de gestão coletiva da técnica na organização de uma utopia pós-capitalista, como foi sugerido por Paul Mason (2015). Graças à consciência desperta de Jano, a crítica teórica pode, agora, repensar os fundamentos transcendentais da justiça e da liberdade num plano cosmopolita que incorpora o risco (BECK, 2011) e reorganiza o lugar do nacional no mundo global (DELANTY, op. cit.). As mentes mais lúcidas

⁶ O deus romano Jano (Janus) representa a transição, a mudança tendo poder sobre todos os começos (e por conseguinte sobre os fins). Sua dupla face representa o passado e o futuro.

reconhecem não poder haver emancipação da razão humana num contexto em que o preço da boa vida seja o genocídio de outros povos, a humilhação de seres humanos e a destruição ambiental. Agora, a teoria crítica ampliada pelos diversos olhares sobre a modernidade pode entender que o surgimento dos campos de concentração na Alemanha, na segunda guerra mundial, não foi um evento arbitrário no desenvolvimento do capitalismo. O campo de concentração sempre fez parte do programa de expansão do capitalismo colonial, servindo para seviciar e violentar populações não europeias em outros continentes, desde o século XVI⁷. Seu surgimento no coração do império revela apenas que a lógica colonial não era um problema geopolítico, mas um programa de extermínio étnico que faz parte da edificação da modernidade capitalista.

Para contornar esta limitação teórica, creio que é importante incorporar os novos deslocamentos que estão se realizando a nível global marcando o pluralismo epistemológico e epistêmico da TCC. Nesta direção, faz sentido incorporarmos a perspectiva sistêmica sugerida por Immanuel Wallerstein (2007), atualizando proposta de Braudel, aquela do sistema-mundo. Penso que esta leitura da globalização como sistema-mundo nos permite sair da crítica histórica do universalismo eurocêntrico para incorporar uma perspectiva pluricêntrica, facilitando compreender o valor da diversidade cultural e histórica dos sub-sistemas continentais e regionais na organização das modernidades periféricas e múltiplas (Dussel, 1993; Eisenstadt, 2002). A representação do mundo por sistemas e sub-sistemas que geram contradições e aquecimentos desvenda as tensões anti-sistêmicas gerada pela nova colonialidade neoliberal acirrando as distâncias entre centro e periferia (MARTINS, 2013a). Esta é uma leitura menos dogmática e mais fluida dos

⁷ O horror que suscita seu surgimento na Alemanha é que pela primeira vez o pacto racista que moveu as guerras contra outras culturas rompeu as barreiras do colonial para atacar o império no seu coração, atingindo um grupo étnico como o judeu, que tem contribuição determinante na organização da modernidade ocidental. O campo de concentração como dispositivo disciplinar do regime totalitário desfez o contrato social proposto por Rousseau e outros contratualistas que imaginavam a natureza liberta da etnia do humano branco. Mas, de fato, tais campos de extermínio apenas manifestam o contrato racista que segundo o filósofo jamaicano C. W. Mills no seu *The Racial Contract*, de 1997, justificava o fato que os brancos tinham direito natural de explorar e submeter os não brancos.

processos de transformação social e de planetarização do capitalismo - assim como de sua contestação histórica e teórica.

Em busca de outras formas de vida mais conviviais

Rahel Jaeggi propõe que a teoria crítica não encerra simplesmente o trabalho de reconstrução da racionalidade a partir da crítica à razão instrumental mas que ela aponta também para outras formas de vida. O fato de que os críticos da escola consideraram importante valorizar temas como justiça e liberdade provam que eles não eram eticamente neutros e que os critérios da crítica podem ser vistos como processos socialmente situados de resolução de problemas (JAEGGI, 2018, p. 79). Para ela, o termo “forma de vida” refere-se a uma “ordem de coexistência humana” culturalmente informada que abarca um “conjunto de práticas e orientações”, bem como “suas manifestações institucionais e materializações”. O termo remete à produção cultural e social do ser humano e deve ser pronunciado no plural para dar conta de seu pluralismo experimental (JAEGGI, 2019, p. 82). A proposta é importante por demonstrar que há na crítica um potencial normativo voltado para a construção de outras formas sociais que superam as discursividades liberais e que trazem necessariamente o transcendental para um entendimento imanente da realidade a partir da forma de vida concreta.

Tal leitura converge necessariamente para o programa da TCC que valoriza o pluralismo de perspectivas de análise da realidade e, logo, de produção do real. Se as críticas à racionalização técnica começam com a Escola de Frankfurt a partir da crítica ao totalitarismo, elas vão sendo ampliadas e atualizadas durante a segunda metade do século XX. Lembramos vários eventos que corroboram com as suspeitas sobre os usos “irracionais” e antiéticos da técnica como são os casos da guerra do Vietnam e de vários conflitos étnicos e ideológicos na Europa, Ásia, África e América Latina. As dificuldades de se conciliar razão e humanismo levaram a várias reações como as mobilizações estudantis de maio de 1968, a crise do estruturalismo, a emergência de uma filosofia pós-estruturalista, os avanços das lutas

feministas, ecológicas e anticoloniais, as lutas identitárias e pela ampliação da democracia. No século XXI, as contestações passaram a tomar forma de buscas por novas utopias como a do “*bien vivir*” e a do Convivialismo.

No Sul Global, nos espaços pluriversais do planeta, vemos a emancipação de uma ampla contestação intelectual na segunda metade do século XX que converge para a releitura da teoria crítica a partir das condições de colonialidade. A releitura da emancipação começa ainda nos anos setenta com o surgimento de críticas mais ligadas a fatores geopolíticos como teoria da dependência, teoria da libertação, teoria dos estudos subalternos, teorias do Sul, entre outras. Elas avançam nos anos seguintes com ênfase no tema da democratização social. Nos últimos tempos, observa-se com as novas tecnologias digitais o surgimento de um diálogo intenso entre estes diversos campos do conhecimento em diferentes regiões e países, expressando o que denominamos Teoria Crítica da Colonialidade (TCC). O debate sobre Convivialismo ganha força à medida em que fica claro a importância de se repensar o humanismo com a crise das antigas ideologias modernas como aquelas do liberalismo, do comunismo, do socialismo e do anarquismo (International Convivialista, 2020). Na América Latina, o debate convivialista vem se expandindo mediante a formação de redes de pesquisadores, ativistas e movimentos sociais em vários países como Brasil, Argentina, México entre outros. No caso latino-americano fica igualmente salientado o valor de se pensar um Convivialismo que supere as fragmentações disciplinares e as relações complexas entre convivialidade, desigualdade, diversidade e sociabilidade (SCARAATO; BALDRAIA; MANZI, 2020).

A TCC emerge com intensidade neste contexto através da articulação de redes internacionais de intelectuais, ativistas e redes militantes e movimentos sociais. Elas são decisivas para se organizar as resistências democráticas e vislumbrar alternativas para o mundo em crise. Novos espaços presenciais e virtuais de debate e de ação se abrem para reorientar os rumos dos eventos, buscando a desmistificação da nova dominação colonial que está comprometendo as perspectivas de regimes democráticos (MARTINS, 2019). Neste sentido, a crítica pós-colonial, sobretudo na América Latina, está sendo

instigada a renovar sua perspectiva crítica do eurocentrismo a partir do entendimento de como os novos centros decisórios - o americanocentrismo e o chinocentrismo - estão influenciando na recolonialidade da região. A crítica antihegemônica necessita, logo, reforçar seus fundamentos normativos que, no caso da América Latina, passam necessariamente pelas revisões das teses da dependência, do imperialismo e dos pactos de poder resultantes dos conflitos étnico-raciais. No atual contexto da pandemia, os sonhos de libertação são profundamente ameaçados pelo movimento caótico das inovações tecnológicas, pelo aumento dos processos de extração e acumulação de riquezas, pelas ações de destruição ambiental, enfim, pelos pesadelos gerados por um capitalismo especulativo transnacionalizado. Estamos falando da crítica a um programa capitalista que se reproduz de modo caótico num tempo maquínico e acelerado e que parece não ter freios, como já havia sugerido A. Giddens (1991) com a tese do carro de Jagrená (uma divindade indiana que dirige seu carro em alta velocidade atropelando os passantes).

Por isso, a emergência de uma Teoria Crítica da Colonialidade (TCC) que aponta para a materialização de uma heterotopia como a do Convivialismo tem que ser saudada por todos por uma simples razão: somente um pensamento crítico transnacional, variado, complexo e ecológico, pode apontar os caminhos para se enfrentar a nova colonialidade. Neste trabalho de desconstrução e reconstrução de utopias, é importante destacar que a pandemia não é uma fatalidade histórica mas o sintoma de um processo de degradação das condições ecológicas, sociais e econômicas planetárias que têm sido ressaltadas por vários estudiosos. Logo, é importante dar visibilidade ao conjunto de produções intelectuais inscritas no que chamamos de uma teoria crítica plural que vem abrindo novas perspectivas de análise da dominação colonial. Apenas esta crítica, pluriversal e cosmopolita, permite se entender onde estão as brechas efetivas para a desconstrução dos discursos, imagens e práticas da colonialidade e, no lado contrário, onde estão os elementos da reconstrução social e democrática. O fato é que a TCC é convidada a buscar desconstruir os dispositivos de colonização mediante o aprofundamento do entendimento das potencialidades liberatórias inscritas

nas experiências de reação dos movimentos sociais à colonização histórica. Como reorganizar os territórios de lutas pela liberdade e pela dignidade nas novas possibilidades oferecidas pelos cruzamentos do virtual com o presencial? Como potencializar os usos das novas tecnologias e dos algoritmos para libertar a consciência humana dos fetiches do utilitarismo e do mercantilismo? A crítica teórica tem, logo, obrigação de se voltar para este novo universo semântico do capitalismo com traços fascistas evidentes, para buscar as alternativas que se apresentam para repensar as utopias humanas como aquelas do Convivialismo e do Bien Vivir. Neste contexto, a questão do desenvolvimento e da democracia precisam ser tratados em conjunto, visto que o modelo de “boa vida” que queremos deve ser objeto de uma ampla discussão envolvendo as forças democráticas.

Todas estas mutações geram incertezas e mal-estar como se constata no contexto da pandemia. Mas o sofrimento não tem apenas um lado negativo. Ele possui, também, uma face positiva quando serve como motivo para se repensar os sentidos do existir, do fazer juntos, do investimento nos afetos saudáveis e na vida comunitária aberta para acolher diferentes estilos e modos de viver. Isto nos ensina o budismo, o taoísmo, o hinduísmo, há centenas de anos. Felizmente, há reações em curso reveladas pelas múltiplas redes de ativistas, militantes e movimentos sociais e políticos que estão buscando refazer o itinerário do humano neste contexto de exaustão que tem origens no esgotamento do programa civilizatório movido pelo neoliberalismo e, agora, pela pandemia. Se para muitos a crise do sistema social era uma sombra que crescia no horizonte, agora, com a pandemia, ela é um furacão que adentra nossos lares, nossas vidas e nossos sentidos existenciais.

Enfim, neste horizonte trágico da modernidade, a vida não se limita a meros lamentos, nos oferecendo lições importantes para uma vida mais solidária e plena de sentidos. É próprio da natureza humana reagir, usando sua imaginação criativa, sua indignação moral, sua solidariedade humana para sair da sonolência cultural e restabelecer conexões de vida e de libertação. Há novos argumentos morais nos horizontes do presente revelados pelas lutas de mulheres e de homens que buscam recriar redes de

solidariedade nacionais e transnacionais, reativando os fundamentos de um novo modo de vida ecologicamente e moralmente mais saudável. Entre estas mobilizações coletivas vale lembrar o Movimento Convivialista internacional (INTERNATIONAL CONVIVALISTA, op. cit.), que propõe novas solidariedades entre homens e natureza, lidando com a produção de múltiplas territorialidades entre o presencial e o virtual no mundo real. Assim sendo, o diálogo da TCC com a teoria crítica europeia é crucial para integrar o movimento contra-hegemônico que se expande simultaneamente no Norte-Global e no Sul-Global. Este diálogo pluriversal nos permite visualizar o potencial de uma ampla reação intelectual e prática, nos planos virtual e presencial, com a emergência de movimentos contestatórios voltados para o fortalecimento da democracia. Agora, somos convidados a construir reflexões mais ousadas que atravessem a dinâmica “tradicional” do Esclarecimento para incorporar um perspectivismo universal crítico que seja plural e contextualizado. O melhor caminho é apostar na generosidade e na solidariedade que emergem da teoria crítica ampliada, antiutilitarista e anticolonial, e a favor de um novo programa de emancipação. Pessoalmente, acredito que se deva buscar uma revolução nos afetos de modo a se superar a negatividade comportamental e se liberar um novo entendimento do humano.

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max (1944) A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar. p.99-138.

_____. (1944/1947) **Dialética do esclarecimento**. Rio: Zahar, 1984.

ALATAS, Syed Farid (2003) Academic dependency and the global division of labour in the social sciences, **Current Sociology**, vol. 51(6), p. 599-613.

ALLEN, Emy (2016) The end of progress. Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory. Columbia/New York: Columbia University Press

BALLESTRIN, Luciana (2013) América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (11), p. 89-117.

BAUDRILLARD, Jean. (1998) **A transparência do mal. Ensaio sobre os fenômenos extremos**. São Paulo: Papirus, 4^a. Edição).

BAUMAN, Zygmunt (1998) **Globalization: the human consequences**. Cambridge/Oxford: Polity Press.

_____. (2007) **Consuming life**. Cambridge/Oxford: Polity Press.

BHAMBRA, Gurinder (2014) **Connected sociologies**. London: Bloomsbury Academic. Theory for a Global Age series.

BHAMBRA, Gurinder e HOLMWOOD, John. (2021) **Colonialism and modern social theory**. Polity Press.

BECK, Ulrich (1992) **Risk Society: Towards a New Modernity**. Londres, Sage.

_____. (2011) Cosmopolitanism as imagined communities of global risk. *American Behavioral Scientist*. London: **SAGE**, Oct. n. 55, p. 1346-1361

_____. (2016) The Cosmopolitan Condition. Why Methodological Nationalism Fails. **Theory, Culture & Society** 24(7-8), p. 286-290

BELL, Daniel (1977) **O advento da Sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix.

BENHABIB, Seyla (1986) **Critic, Norm and Utopia: A study of the foundations of critical theory**. New York: Columbia University Press.

BHAMBRA, Gurinder (2014) **Connected sociologies**. London: Bloomsbury Academic. Theory for a Global Age series.

BHAMBRA, Gurinder e HOLMWOOD, John. (2021) **Colonialism and modern social theory**. Polity Press.

BOLTANSKI, Luc (2011) **On critic**. A sociology of emancipation. London: Polity Press.

BROWN, Wendy (2021) **Nas Ruínas do Neoliberalismo**. São Paulo: Politeia.

CAILLÉ, Alain (2007a) Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. Vol. 23, n.66, p. 151-163.

_____. (2007b) **La quête de la reconnaissance**. Nouveau phénomène social total. Paris: La Découverte /MAUSS.

_____. (2008) Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol. 23, n.66, p. 151-164.

CAILLÉ, Alain and VANDENBERGHE, Frédéric Vandenberghe (2020). **For a new classical sociology**, London: Routledge.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Espanha: Akal, 2006.

CELIKATES, Robin (2019) **Sociologia da Crítica ou Teoria Crítica?** Luc Boltanski e Axel Honneth conversam com Robin Celikates (Parte 2). <https://blogdolabemus.com/2019/06/24/sociologia-da-critica-ou-teoria-critica-luc-boltanski-e-axel-honneth-conversam-com-robin-celikates-parte-2/>

CHATEAURAYNAUD, Francis e DEBAZ, Josquin. (2017). **Aux bords de l'irréversible: sociologie pragmatique des transformations**. Paris: Éditions Petra.

COMAROFF, Jean (2011a) **Theory from the South: or how Euro-America evolving toward Africa**. London: Paradigm Publishers.

_____. (2011b) Teorias do sul. Entrevista com Jean Comaroff. **MANA** 17(2): 467-480.

CONNELL, Raewyn (2007) **Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science**, Cambridge: Polity Press.

_____. (2012) A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, nº 80, p.9-20.

DELANTY, Gerard (2006) The cosmopolitan imagination: critical cosmopolitanism and social theory. **The British Journal of Sociology**. Volume 57 Issue 1, pp.25-47.

_____. (2020) **Critical Theory and Social Transformation: Crises of the Present and Future Possibilities**. London: Routledge.

DUBET, François (2020) **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio.

DUSSEL, Enrique. (1993) 1492: **O encobrimento do outro**. A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes.

_____. (2003) Europa, modernidad y eurocentrismo LANDER, Edgardo (2003) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Argentina: CLACSO.

EISENSTADT, Shmuel (2002) **Multiple modernities**. New Brunswick and London: Transaction Publishers.

FANON, Frantz. (1952) **Peles Negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLUSSER, Vincent (2011) **Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar**. São Paulo: Annablume.

FONTES, Paulo Vitorino (2018) A luta pelo reconhecimento e o paradigma da dádiva: uma proposta de articulação teórica. **Rev. Bras. Ciências Sociais**. vol.33 no.97 São Paulo, p. 1-19.

FRASER, Nancy E HONNETH, Axel (2003) **Redistribution or recognition?** A political and philosophical exchange. London/New York: Verso.

FURTADO, Celso (1985) **A fantasia organizada**. Brasil: Paz e Terra.

GIDDENS, Anthony (1991) **As consequências da modernidade**. 2ª. Edição, São Paulo: UNESP.

HABERMAS, Jurgen (1976) What is Universal Pragmatics? in J. Habermas (org.), **Communication and the Evolution of Society**. Cambridge, Polity Press.

_____. (1999) "Richard Rorty's Pragmatic Turn", in M. Cooke (ed.), **On the Pragmatics of Communication**. Cambridge, MIT Press

_____. (1981) **Teoria do Agir Comunicativo**. 2 vol. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. (1985) **O discurso filosófico da modernidade**. Brasil: Martins Fontes, 2000.

HONNETH, Axel (1996) **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. Editora 34, 2003.

_____. (2009) **Patologías de la razón**. Historia y actualidad de la teoría crítica. Buenos Aires: Katz Editores.

HORKHEIMER, Max. (1937) Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max et al., **Textos Escolhidos**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 31-68.

INTERNATIONAL CONVIVALISTE (2020) **Second manifesto convivaliste**: pour un monde post-néolibéral. Paris: Actes du Sud.

JAEGGI, Rahel (2018) **Critique of forms of life**. London: The Belknap Press of Harvard University Press/Cambridge, Massachusetts.

_____. (2019) Rumo à crítica imanente das formas de vida. **Problemata: R. Intern. Fil.** v. 10. n. 4 (2019), p. 77-98, ISSN 2236-8612.

MAGNELLI, André e MARTINS, Paulo Henrique (2020) ciudadanía sitiada | ¿existe un dilema entre el aislamiento social y la movilización negacionista. **REALIS (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais)**, vol. 10, n.2, p.76-97.

MARTINS, Paulo Henrique. (2008) De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol.23 no.66 São Paulo.

_____. (2012) Interrogando las fronteras del conocimiento sociológico: globalización, descolonización y don. Umbrales - **Revista Del Postgrado en Ciencias del Desarrollo**, v. 24, p. 251-270.

_____. (2013a) Sistema-mundo e América Latina. In: Anete Ivo (Org.) **Dicionário temático: desenvolvimento e questão social**. São Paulo: AnnaBlume.

_____. (2013b) **A descolonialidade da América Latina: a heterotopia de uma comunidade de destino solidária**. São Paulo: Annablume.

_____. (2017) Norte e Sul como Referências para uma Ciência Social global: Transdisciplinar, Antiutilitarista e Pós-Colonial. **Revista Tomo**, v. 31, p. 41-89.

_____. (2018) Neoliberalism and crisis of the republican pact. In: Adrian Scribano, Freddy Timmerman, Maximiliano Korstanje. (Eds.) **Neoliberalism in multi-disciplinary perspective**. 1ed.London: Palgrave Mcmillan Springer, 2018, v. 1, p. 23-44.

_____. (2019) **Teoria crítica da colonialidade**. Rio: Ateliê de Humanidades.

_____. (2020) Race, power and nation: colonial crossroads in 21st century. **Documento de Trabajo del CIES**, v. 12, p. 1-20.

_____. (2021) Le convivialisme à l'épreuve de la question territoriale. Nouveaux espaces, nouveaux temps. **La revue du mauss: Demain, un monde convivialiste**. Il ressemble à quoi ? n.57, p.104-108.

MASON, Paul Mason, P. (2015) **Postcapitalism: a guide for our future**, London: Penguin.

MILL, Charles Wright (1997) **The racial contract**. Ithaca and London: Cornell University Press.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, vol. 14, n.1, p.66-80.

NEGRI, Antonio (2014) **Biocapitalismo**. São Paulo: Iluminuras.

PREBISCH, Raul (1949) **El desarrollo económico en la América Latina y algunos de sus principales problemas**. México: Fondo de Cultura.

QUIJANO, Aníbal (2003) Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina In: LANDER, E. (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso.

REBUGHINI, Paola (2018) Critical agency and the future of critique. **Current Sociology**, Vol. 66 (1), p. 3–19; p.105-130

RENAULT, Emmanuel (2006) «Foucault et l'École de Francfort», in S. Haber & Y. Cusset (Eds.) (2006) **Habermas, Foucault: parcours croisés**, Éditions du CNRS,

_____ (2012) De la sociologie critique à la théorie critique? **Sociologie**, vol.1, n. 3.

REVUE DU MAUSS (2004) **De la reconnaissance**. Don, identité et estime de soi. N.23, Paris: La Découverte.

ROSA, Hartmut (2013) **Aceleração**. A transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: UNESP, 2019.

_____. (2017) Contra a invisibilização de um 'poder fatídico': apelo à renovação da crítica do capitalismo. **Perspectivas: revista de Ciências Sociais**. Dossiê Economia e crítica. Universidade Estadual Paulista, v. 49, p.17-36.

ROSAS, Marcelo (2014) Sociologias do Sul. Ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas**. V. 14, n.1, p.43-65.

ROSTOW, Walt Whitman (1960) **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press (traduzido em: ROSTOW, Walt Whitman, 1974, Etapas do desenvolvimento econômico. Rio: Zahar).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000) **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2005) Os processos de globalização In; B.S. Santos (Org.) **A globalização e as ciências sociais**, 3ª. Edição, São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2008) **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2009) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (2009) **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina. p. 23-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (2009) **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina

SCARAATO, Laciare; BALDRAIA, Fernando; MANZI, Manzi. (2020) **Convivial constellations in Latin America**, London: Routledge.

SENNETT, Richard (1999) **A corrosão do caráter**. São Paulo: Ed. Record, 2005.

_____. (2006) **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2006.

SVAMPA, Maristella. (2019) **Las fronteras del neextractivismo en América Latina**. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Equador: Flacso.

STRYDOM, Piet (2010) Philosophies of the Social Sciences In Charles Crothers (Ed.) **Historical Developments and Theoretical Approaches in Sociology**. E-book forming part of the UNESCO Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS), 2011, pp. 95-125.

TAPIA, Luis (2009) La forma primordial. In: **Pensando la democracia geopolíticamente**. La Paz: CLACSO.

_____. (2012) Un cosmopolitismo de la periferia In P.H. Martins e C. Rodrigues (Eds.) **Fronteiras abertas da América Latina**. Recife: ALAS/Editora da UFPETAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (2005) **Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social**. Sociologias. Brasil. Ano 7, 2014, pp. 178-243.

VANDENBERGHE, Frédéric (2020) La Sociologie comme ontologie du présent In: **Revue du MAUSS: Nous l'avons tant aimée...la sociologie. Et maintenant?** n. 56, Second semestre, 101-124;

VAN DEN BRINK, Bert e OWEN, David (2007) **Recognition and Power Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press.

WALLERSTEIN, Immanuel. (2007) **O universalismo europeu**. A retórica do poder. São Paulo: Boitempo.

_____. (2008) **Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.

WANDERLEY, Fernanda (2011) Transformación productiva, equidad social y pluralidad económica In F. Wanderley (Org.) **El desarrollo en cuestión**. Reflexiones desde América Latina. La Paz: CIDES/OXFAM.

ZAVALETA, René. (1982) Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial. In. TAPIA, Luis. **América Latina: desarrollo y perspectivas democráticas**. San José de Costa Rica: FLACSO, p. 55-83.